

Fernanda Corrêa da Silva, Tarso Germany Dornelles², Dra.Profa Gleny Terezinha Duro Guimarães

Faculdade de Serviço de Social, PUCRS,

Resumo

Introdução

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) está no centro do debate das políticas públicas, pois se trata de uma política recente em fase de implementação. Algumas pesquisas estão sendo realizadas neste âmbito, no entanto, ainda faltam mais pesquisas a serem desenvolvidas que visem à interlocução entre a Política Nacional de Assistência Social e a Política de Emprego e Renda.

A PNAS prevê em sua base de fundamentação legal algumas políticas transversais, que perpassam a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, como as de segurança alimentar e a de geração de renda.

Atualmente, a Política de Emprego e Renda não transita efetivamente nos mesmos caminhos que a Política Nacional de Assistência Social, já que suas ações estão voltadas, com ênfase, ao trabalhador que perdeu o emprego formal, ações onde visam capacitação profissional, subsídios ao desemprego, subsídios a créditos e financiamento para microempresas.

No entanto, o Ministério do Trabalho e Emprego, entre as suas secretarias, se destaca na atuação da Secretaria de Economia Solidária, coordenada pelo Sr. Paul Singer. Os programas desta Secretaria buscam fomentar a interlocução com a Política de Assistência Social, através de propostas com os beneficiários do Programa Bolsa Família, vinculando-os aos empreendimentos econômicos solidários. Porém, tais iniciativas ainda estão em processo “germinal”.

Para o entendimento da intersetorialidade entre estas políticas públicas, será feito um breve estudo sobre a Política Nacional de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social, a Política de Emprego e Renda e a inclusão produtiva e, também, um breve resgate histórico das transferências de renda e da economia solidária. Construindo assim alicerces para realizar este estudo.

Considerando a fragmentação das políticas sociais, esta proposta de pesquisa visa contribuir para uma possível interlocução entre os programas de empreendimentos de economia solidária e o programa Bolsa-Família por dois motivos: primeiramente, em função da complexidade das expressões da questão social, porque demandam intervenções conjuntas de diversas políticas sociais, já que a intervenção de apenas uma destas seria insuficiente frente à realidade social; em segundo lugar, almejando contribuir para que os objetivos elencados pelo programa Bolsa Família, de viés emancipatório, sejam concretizados a partir de ações de geração de trabalho e renda.

Frente a isso, essa pesquisa problematiza: como é possível existir a integralidade entre a Política Nacional de Assistência Social e a Política de Emprego e Renda na perspectiva da inclusão produtiva? Para que haja uma construção da identidade cidadã e emancipatória, vindo a ser inserido não apenas como mão-de-obra desqualificada. Por anos, a Assistência incluía os usuários com mão-de-obra de baixo calão, enquanto a Política de Emprego e Renda amparava com auxílios os usuários que tinham os seus contratos de emprego desfeitos. A idéia da intersetorialidade é um aporte para a garantia de direitos e inserção produtiva dos beneficiários do Programa Bolsa-Família.

O objetivo geral é compreender o processo de gestão da Política de Assistência Social e da Política de Emprego e Renda no que tange ao Programa Bolsa-Família e a inclusão produtiva. Esse objetivo geral será seguido pelos específicos, para saber: Analisar a impossibilidade da gestão do Programa Bolsa Família resultar na inclusão produtiva a partir de empreendimentos coletivos solidários; bem como analisar os entraves e as perspectivas propositivas que viabilizam a intersetorialidade entre as políticas no âmbito do programa Bolsa-Família e da inclusão produtiva e por fim, identificar as ações do PBF que possam resultar em geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária.

Metodologia

Método: Dialético Crítico;

Tipo de Pesquisa: Estudo exploratório e qualitativo;

Amostra: Gestores das secretarias de Assistência Social, Gestores das secretarias de Trabalho e Emprego, coordenadores do Programa Bolsa-Família, dos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Gravataí e Sapucaia do Sul, totalizando 09 sujeitos.

Instrumento de Coleta: Formulário semi-estruturado, entrevistas gravadas, observação participante, diário de campo;

Tipo de Análise: Análise textual discursiva de Roque Moraes (2007).

Resultados Finais

Em cinco municípios do Rio Grande do Sul, foi constatado o seguinte;

De todos os Municípios, cerca de 60% da população do Cadastro Único recebe o benefício do Programa Bolsa- Família;

Alguns dos fatores que dificultam o trabalho intersetorial entre as secretarias em 80% dos municípios são: a falta de estrutura física; os baixos recursos e a falta de informação dos gestores;

Cursos de capacitação são oferecidos para os beneficiários do Programa Bolsa-Família em 100% dos municípios, porém a procura é baixa, pelo medo da perda do benefício ou pelas exigências preestabelecidas, as quais fazem com que os usuários modifiquem em vários pontos seu modo de vida.

Conclusão

A formação do gestor é fundamental para a compreensão e a implicação da intersetorialidade nas políticas nacional de assistência social e a política de emprego e renda dentro do Bolsa-Família. Essa compreensão é muito difícil na nosso sistema neoliberal.

Referências

MORAES, Roque; **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: EditoraUnijui 2007.

BRASIL; Política Nacional de Assistência Social Brasília: Ministério dos Desenvolvimentos Social, 2004.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 132/99, 22 de Abril**, Brasília: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999